

RESUMOS DE DISSERTAÇÕES E TESES

1. Mestre: Matheus Meott Silvestre;

Data da Defesa: 21/12/2016;

Título da Dissertação: Constituição e Metarregulação: Mitigando os efeitos da captura regulatória;

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF);

Banca Examinadora: Clarissa Maria Beatriz Brandão de Carvalho Kowarski (Orientadora) (UFF), Eduardo Manuel Val (UFF/UNESA), Siddharta Legale Ferreira (UFJF), José Vicente Santos de Mendonça (UERJ).

Resumo: A presente dissertação tem como objetivo estudar a análise de impacto regulatório, tendo como hipótese sua viabilidade como ferramenta metodológica capaz de mitigar os efeitos nocivos da captura regulatória. A Constituição Federal estabelece diversas diretrizes para a atuação da administração pública, inclusive quando da intervenção do Estado no domínio econômico. A captura regulatória infringe, dentre outros, os mandamentos de moralidade e eficiência da regulação. A pesquisa pretende, portanto, analisar como a análise de impacto regulatório é capaz de concretizar esses mandamentos, mitigando os impactos nocivos da captura regulatória, a partir de uma análise interdisciplinar entre direito e ciência econômica, sobretudo a partir das escolas da *public choice* e Chicago. O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro estabelece os fundamentos teóricos sobre a regulação estatal da economia, seu conceito e sua recepção na literatura jurídica brasileira. O segundo trata das teorias da captura regulatória, suas premissas teóricas e ferramentas concretas de desvirtuação das decisões em âmbito regulatório. Analisa ainda três características comuns extraídas das teorias analisadas. O terceiro capítulo estuda a análise de impacto regulatório, sua origem e adoção em diversos países e no Brasil a partir de uma abordagem didática, separando-a em três elementos: *checklists*, metodologias quantitativas e métodos de participação. Esses três elementos são então comparados com os fundamentos da captura regulatória destacados no capítulo anterior, analisando-se a hipótese da pesquisa.

Palavras-chave:

Regulação estatal da economia; análise de impacto regulatório; captura regulatória.

2. Mestre: Matheus Farinhas de Oliveira;

Data da Defesa: 14/12/2016;

Título da Dissertação: O Medo e Seus Paradoxos: o regalismo no movimento pré-constituente da inconfidência carioca (1794-1795);

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF);

Banca Examinadora: Mônica Paraguassu Correia da Silva (Orientadora)(UFF), Daniel Nunes Pêcego (UERJ), Marcus Fabiano Gonçalves da Silva (UFF).

Resumo: O presente trabalho propõe-se a analisar o regalismo com o intuito de apresentá-lo como a base da teoria constitucional no constitucionalismo luso-brasileiro, parte do constitucionalismo ibérico. Tal análise se dá a partir do movimento de intelectuais insatisfeitos na cidade do Rio de Janeiro, ocorrido no período 1794-95, intitulado de "Inconfidência Carioca". Esta investigação é possível com base no fato de que o ambiente da Europa, especialmente na Itália e na França, foi ocupado por uma retomada da cultura humanista clássica e uma crítica ao Barroco, o que deixou marcas no movimento cultural neoclássico trazido por intelectuais que viviam fora do país, os chamados estrangeirados. Esse cenário influenciou os acusados do processo no Rio de Janeiro, precisamente, porque eles estudaram numa época em que as reformas estruturais da educação superior e básica lusitana estavam sendo realizadas com o esteio de princípios neoclássicos e humanistas. O estudo argumenta que a introdução do esclarecimento teve dois momentos: no primeiro, ocorreu a influência do esclarecimento na reforma portuguesa da educação e no processo de secularização do pensamento, mas sem a introdução total de ideias liberais, por outro lado, em um segundo momento, na segunda parte do século XVIII, os intelectuais da colônia brasileira introduziram, definitivamente, ideias liberais, embora fossem, na prática, diferentes da visão européia. O processo de secularização só foi possível devido à fragmentação provocada pela introdução do regalismo no viés intelectual português

Palavras-chave: Regalismo; inconfidência carioca; fragmentação

3. Mestre: Ricardo Eichler Bailly;

Data da Defesa: 24/04/2017;

Título da Dissertação: A Advocacia Pública e o Controle de Constitucionalidade: Elementos para a solução da tensão entre os princípios da supremacia da constituição e da presunção de constitucionalidade das leis;

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF);

Banca Examinadora: Mônica Paraguassu Correia da Silva (Orientadora)(UFF), Helena Elias Pinto (UFF), Luiz Aranha Corrêa do Lago (PUC-RJ).

Resumo: O presente trabalho tem como escopo estabelecer se e em quais circunstâncias seria admissível aos agentes públicos exercentes de funções neutras, notadamente aos Advogados Públicos, negar cumprimento, independentemente de pronunciamento judicial ou Executivo prévios, a uma lei ou ato normativo em vigor que considerem inconstitucional. Além do indispensável trabalho de revisão bibliográfica e da análise do acervo documental disponível sobre o tema, buscou-se articular as discussões acerca da legitimidade democrática do controle de constitucionalidade, das teorias das funções neutras e dos poderes implícitos com a natureza das funções inerentes à Advocacia Pública, de forma a prestigiar os princípios da supremacia e máxima efetividade da Constituição e garantir ao cidadão a não produção de efeitos de uma norma inconstitucional dentro do quadro do sistema de jurisdição uma consagrado pela Constituição Federal de 1988. Procurou-se, ainda, a realização de uma análise crítica dos argumentos apresentados pela jurisprudência e doutrina especializada de modo a falseá-los ou infirmá-los com o fito de estabelecer uma hipótese ou perspectiva de hipótese para a problemática relativa ao tema, sempre com o objetivo precípuo de contribuir com o aperfeiçoamento da prestação dos serviços públicos mediante o fortalecimento de sistema de tutela da supremacia da Constituição.

Palavras-chave: Direito Constitucional; Controle de constitucionalidade repressivo;

Poder Executivo; Funções essenciais à Justiça; Advocacia Pública; Funções Neutras.

4. Mestre: Vivian da Silva Scarpì;

Data da Defesa: 20/04/2017;

Título da Dissertação: O ensino jurídico na Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense: um olhar sobre a abordagem do pluralismo jurídico no processo de aprendizagem sob a ótica dos pressupostos teóricos da pedagogia freireana;

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF);

Banca Examinadora: Carlos Magno Spricigo Venerio (Orientador)(UFF), Vladimir de Carvalho Luz (UFF), Cecilia Caballero Lois (UFRJ).

Resumo: A presente dissertação tem como objetivo analisar o ensino jurídico a partir da análise da penetração da categoria do pluralismo jurídico no ensino jurídico oferecido pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. O pluralismo de ideias e de valores é reconhecido como uma das características inerentes a uma educação de caráter emancipador e que promove a autonomia dos seus alunos. A pesquisa pretende, a partir do reconhecimento da importância de uma educação com essas características, utilizar a categoria do pluralismo jurídico como parâmetro para análise do ensino jurídico oferecido. A pesquisa pretende analisar se o pluralismo jurídico se encontra, enquanto categoria autônoma, presente no ensino jurídico e se o seu reconhecimento é capaz de influenciar desde a elaboração do projeto pedagógico da Universidade Federal Fluminense e da sua Faculdade de Direito, passando pela construção da matriz curricular dessa faculdade e dos programas de pesquisa e extensão a ela vinculados até a escolha dos temas dos trabalhos de conclusão de curso apresentados por seus alunos. O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro traz um breve relato histórico da educação superior e do ensino jurídico no Brasil e também como a educação é tratada pelo ordenamento jurídico brasileiro. O segundo capítulo trata da teoria do pluralismo jurídico a partir da leitura dos autores Antonio Carlos Wolkmer e Boaventura de Sousa Santos. Analisa também o pluralismo jurídico como elemento necessário à um ensino que promova a emancipação e autonomia dos alunos, utilizando-se como referencial teórico os ensinamentos de Paulo Freire sobre a educação. Por fim, o terceiro e último capítulo, que analisa a influência do pluralismo jurídico na construção dos projetos pedagógicos da Universidade Federal Fluminense e da sua Faculdade de Direito, se há influência na construção da matriz curricular, elaboração de trabalhos de conclusão de curso e na formação de grupos de pesquisa e extensão vinculados à Faculdade de Direito. Essa análise é feita sob os pressupostos da teoria pedagógica de Paulo Freire.

Palavras-chave: Ensino jurídico; Pluralismo jurídico; Projeto pedagógico.

5. Mestre: Paulo José Pereira Carneiro Torres da Silva;

Data da Defesa: 09/01/2017;

Título da Dissertação: Diretivas Antecipadas de Vontade - Garantia Constitucional da

Dignidade do Idoso Portador de Alzheimer no Cenário Ibero-Americano

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF);

Banca Examinadora: Eduardo Manuel Val (Orientador) (UFF), Clarissa Maria Beatriz Brandao de Carvalho Kowarski (UFF), Flavio Alves Martins (UFRJ).

Resumo: A presente dissertação analisa o uso das Diretivas Antecipadas de Vontade como ferramenta para concretização da garantia constitucional da dignidade da Pessoa Idosa paciente da Doença de Alzheimer. Para tanto, explora os desafios do processo de adoecimento do idoso paciente da Doença de Alzheimer, discute os dilemas éticos e constitucionais inerentes a um instrumento que tem como objetivo a efetivação de uma manifestação de vontade realizada em um momento pré-demencial, explora os diferentes tipos de Diretivas antecipadas de vontade, compara os ordenamentos constitucionais Espanhol, Argentino e Brasileiro para contrastar os diferentes estágios de regulamentação dos referidos instrumentos e, por fim, verifica a adequação destes instrumentos na persecução da efetivação da garantia constitucional de Dignidade da Pessoa Humana. Metodologicamente o presente trabalho realiza uma análise interdisciplinar na qual aborda a temática a partir do método qualitativo apoiado na revisão bibliográfica, aliado à análise indutiva e, no tocante à análise legislativa internacional comparada utilizada também o método de abordagem da escola crítica e como método de procedimento tratar-se-á os dados das pesquisas sob o método histórico-comparado nas suas vertentes micro e macrocomparativas.

Palavras-chave: Direito Constitucional; Diretivas Antecipadas de Vontade; Direito do Idoso; Autonomia do Indivíduo; Doença de Alzheimer.

6. Mestre: Louisie Dazzi Machado;

Data da Defesa: 03/05/2017;

Título da Dissertação: Um estudo de caso sobre o conflito na APA do Pau Brasil e no Parque Estadual da Costa do Sol - RJ;

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF);

Banca Examinadora: Enzo Bello (Orientador) (UFF), Giulia Parola (UFF), Ronaldo Lobão (UFF), Ricardo Nery Falbo (UERJ).

Resumo: A presente dissertação de mestrado busca compreender os mecanismos de participação popular nas políticas relacionadas ao meio ambiente por meio da análise do conflito na APA do Pau Brasil e no Parque Estadual da Costa do Sol – RJ envolvendo a construção de um resort em uma área de dunas. Essa investigação se faz por intermédio do referencial empírico construído por meio de estudo de caso cujo objeto é a participação, institucional e não institucional da população no conselho gestor da Unidade. As bases teóricas dessa pesquisa relacionam categorias teóricas fundamentais como a concepção gramsciana de Sociedade Civil, Cidadania Ativa e Participação para questionar o modelo participativo institucionalizado e compreender as possibilidades de atuação democrática da população da cidade de Cabo Frio nas questões relacionadas à natureza e ao meio ambiente local.

Palavras-chave: democracia; cidadania; meio ambiente; participação; conflitos ambientais; Cabo Frio.

7. Mestre: Sheila Regina Matos de Azeredo;

Data da Defesa: 20/02/2017;

Título da Dissertação: A Autonomia do Dependente Químico Após o Estatuto da

Pessoa com Deficiência: a perda de uma chance de uma conquista;

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF);

Banca Examinadora: Célia Barbosa Abreu (Orientadora) (UFF), Helena Elias Pinto (UFF), Benedicto de Vasconcellos Luna Gonçalves Patrão (UNILASALLE).

Resumo: A presente dissertação tem como objetivo identificar a situação social e jurídica do dependente químico hoje, descobrindo se a disciplina jurídica vigente consegue garantir sua tutela inclusiva ou, ao revés, traz o retrocesso para este indivíduo. Trabalha-se com os direitos fundamentais, especialmente, os direitos à igualdade e autonomia, mediante a análise da situação sócio-jurídica dos dependentes químicos frente à Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência, no contexto de um direito pátrio constitucionalizado. Leva-se em conta também a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, os quais alçaram o status de Emenda Constitucional, nos termos do art 5o, parágrafo 3o da Constituição Cidadã. Nesse sentido, relembra-se que a dignidade da pessoa humana corresponde ao fundamento do princípio do Estado de Direito e vincula toda a

prática existente em torno do dependente químico. O Estatuto da Pessoa com Deficiência altera os artigos 3º e 4º do Código Civil, retira da condição de incapazes as pessoas com deficiência intelectual e mental, porém mantém o dependente químico na condição de relativamente incapaz. Há, portanto, que se discutir se esta diretriz não corrobora, na prática, para a discriminação de um sujeito alvo de discriminação de longa data. Trata-se de pesquisa teórica, com levantamento documental e, ainda, histórica. Para tanto, é feito uso dos seguintes procedimentos metodológicos: dialético, coleta de jurisprudência, histórico e indutivo.

Palavras chaves: Dependente químico; Direitos Fundamentais; Autonomia; Dignidade

da pessoa humana; Pessoa com deficiência;

8. Mestre: Eduardo Faria Fernandes;

Data da Defesa: 03/04/2017;

Título da Dissertação: A Disciplina do Direito de Construir à Luz do Princípio do Desenvolvimento Sustentável: um instrumento de adaptação das cidades às mudanças climáticas;

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF);

Banca Examinadora: Helena Elias Pinto (Orientadora) (UFF), André Ricardo Cruz Fontes (UNIRIO), Célia Barbosa Abreu (UFF).

Resumo: Este estudo analisa a disciplina do direito de construir à luz do princípio do desenvolvimento sustentável como potencial instrumento para a adaptação das cidades aos efeitos das mudanças climáticas decorrentes do fenômeno do aquecimento global.

Palavras-chave: Direito de Construir. Princípio do Desenvolvimento Sustentável. Direito à Cidades Sustentáveis.

9. Mestre: Bruno Miguel Drude;

Data da Defesa: 04/04/2017;

Título da Dissertação: Federalismo na Constituição de 1891: a revolta de princesa, guerra tributária, reforma administrativa e a reação oligárquica;

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF);

Banca Examinadora: Mônica Paraguassu Correia da Silva (Orientadora(UFF), Gustavo Sampaio Telles Ferreira (UFF), Christian Edward Cyril Lynch (IESP).

Resumo: O trabalho analisa o sistema constitucional de 1891 sob a perspectiva do modelo federalista adotado, enfocando subsistemas constitucionais, em especial o tributário e o eleitoral. A partir dos fatores históricos que desaguarão no modelo federalista de 1891, são estabelecidos aspirações ideológicas e interesses que confluíram num texto constitucional, por vezes, moldado para o atendimento de oligarquias regionais e, por outro, suscetível de interpretação e aplicação direcionada ao atendimento dos interesses das elites políticas e econômicas. Poucos anos depois de sua edição, o projeto oligárquico seria definitivamente implantado e o conteúdo conceitual dos institutos constitucionais ganharia amplitude ainda mais restritiva do que aquela concebida em 1890. Durante o desenvolvimento do trabalho, é demonstrado como os subsistemas constitucionais passaram a servir aos interesses das oligarquias, bem assim, as estruturas públicas federais e estaduais foram utilizadas para a manutenção do projeto oligárquico, a partir da Política dos Governadores e a Política do Café com Leite, ambas sustentadas, em suas bases, pelo Coronelismo. Para demonstrar a lógica de captura dos institutos constitucionais e instituições públicas, optou-se por paradigma que revela, em nível estadual, todo o percurso que a Primeira República observou em nível federal. A Revolta de Princesa possui precedentes que identificam a consolidação e manutenção da Política dos Governadores e do predomínio Oligárquico no âmbito estadual, bem assim, o movimento de compressão das minorias políticas e a resistência verticalizada à tentativa de desmonte da estrutura oligárquica a partir de sua base. O percurso dos eventos ocorridos no estado da Paraíba antes, durante e depois da Revolta de Princesa coincidem e/ou se relacionam diretamente com a cronologia de nascimento, desenvolvimento e ruptura do sistema constitucional de 1891.

Palavras-chave: Constituição de 1891; Federalismo; Federalismo Fiscal; Sistema Eleitoral; Autonomia; Revolta de Princesa.

10. Mestre: Letícia Rayane Dourado Pinto;

Data da Defesa: 20/02/2017;

Título da Dissertação: Os Desafios Contemporâneos à Promoção do Direito Fundamental à Saúde da Pessoa com Deficiência no Brasil;

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF);

Banca Examinadora: Célia Barbosa Abreu (Orientadora)(UFF), Helena Elias Pinto (UFF), Benedicto de Vasconcellos Luna Gonçalves Patrão (UNILASALLE).

Resumo: Diante do propulsor questionamento, qual seja: delimitando-se ao direito fundamental à saúde e aos desafios de sua promoção, qual é a atual conjuntura da proteção jurídica aos interesses das pessoas com deficiência no Brasil? A dissertação concentra-se, especialmente, na apreciação do contemporâneo resguardo jurídico às demandas das pessoas com deficiência com atenção ao direito fundamental à saúde e aos desafios de sua materialização. Razão pela qual, inicialmente, a partir de uma análise histórica ocidental, volta-se à compreensão do fenômeno da deficiência, refletindo principalmente sobre os paradigmas dos modelos médico e social. No contexto normativo e abstrato, aprecia-se a contemplação dos interesses do referenciado grupo, em especial daqueles relacionados ao direito fundamental à saúde, tanto no âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos quanto no contexto no ordenamento jurídico brasileiro. Por fim, com fundamento nas recentes observações finais elaboradas pelo Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência com relação ao Relatório Geral apresentado pelo Brasil referente à Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, identifica-se alguns dos principais desafios à materialização do direito fundamental à saúde das pessoas com deficiência no Brasil.

Palavras-chave: Deficiência; Direito Fundamental à Saúde; Desafios à Promoção.

11. Mestre: Leonardo Rezende Cecilio;

Data da Defesa: 29/03/2017;

Título da Dissertação: O Problema Reticular – Análise do Predicado Democrático da Internet;

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF);

Banca Examinadora: Giovanna Maria Frisso (Orientadora)(UFF), Clarissa Maria Beatriz Brandão de Carvalho Kowarski (UFF), Marcus Fabiano Gonçalves (UFF), Erick Felinto (UERJ).

Resumo: Este trabalho interroga o suposto caráter democrático da internet – do código programador à proposta de regulação normativa. Questiona sua propriedade como sistema tecnológico coletivamente desenvolvido, e a possibilidade de empregá-lo como um instrumento de exercício político que contribua para que os administrados participem na administração de sua própria comunidade. Desconfia-se que, ao contrário do que é divulgado, os atuais projetos de arquitetura de rede e os processos de sua regulamentação jurídica estão orientados para uma concentração de poder em nível global a partir do controle desse sistema de comunicação.

Palavras-chave: Internet; Democracia; Comunicação; Regulação Normativa.

12. Mestre: Laércio Melo Martins;

Data da Defesa: 10/03/2017;

Título da Dissertação: A Construção das Perspectivas do Direito à Saúde Mental: Análise Hermenêutica dos Debates Legislativos da Reforma Psiquiátrica Brasileira

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF);

Banca Examinadora: Marcus Fabiano Gonçalves (Orientador) (UFF), Mônica Paraguassu (UFF), Ricardo Nery Falbo (UERJ), Paulo Amarante (ENSP-FIOCRUZ);

Resumo: A presente pesquisa acadêmica tem por objetivo investigar a construção das perspectivas do direito à saúde mental, a partir dos debates legislativos da Reforma Psiquiátrica brasileira. Nesse caminho, foi necessário compreender o processo de medicalização da sociedade brasileira, iniciado no século XIX, a partir da Família Real portuguesa. Para isso, realizo uma recuperação histórica do contexto das instituições médicas e jurídicas, dos atores sociais e políticos que contribuíram para a construção da assistência psiquiátrica brasileira e, posteriormente, para a concepção do conceito de saúde mental. Preliminarmente, investigo a regulação jurídica do estatuto da loucura, a fim de analisar a

problemática em torno da construção da assistência psiquiátrica, da racionalidade científica. Uma vez realizado esse percurso, observo a trajetória histórica da Reforma Sanitária e sua contribuição para o processo da Reforma Psiquiátrica, tendo em vista os debates legislativos e os discursos econômicos, epistemológicos e políticos, em disputa no campo pela concepção do direito à saúde mental.

Palavras-chave: Medicalização da sociedade. Legislação psiquiátrica. Reforma Sanitária. Reforma Psiquiátrica.

13. Mestre: Rose Aparecida Ferreira Ribeiro;

Data da Defesa: 05/05/2017;

Título da Dissertação: Educação e Cárcere, Uma análise da efetividade das políticas públicas que visam garantir o acesso à educação no sistema prisional

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF);

Banca Examinadora: Maria Beatriz Brandão de Carvalho Kowarski (Orientadora)(UFF), Marco Aurélio Lagreca Casamasso (UFF), Waleska Marcy Rosa (UFJF).

Resumo: Esta dissertação tem por objeto analisar a efetividade de políticas públicas que visam garantir o acesso à educação dentro do sistema penitenciário. A análise considera a realidade das escolas prisionais como um laboratório capaz de fornecer informações capazes de elencar os motivos que interferem na aplicabilidade das normas e políticas públicas que asseguram o acesso à educação ao indivíduo em condição de cumprimento de pena privativa de liberdade. O estudo leva em consideração os discursos produzidos a partir de análise de campo de diferentes pesquisadores que se dedicaram ao estudo das singularidades do ensino educacional ministrado no interior do sistema carcerário. Neste exercício são consideradas as representações sobre a educação prisional com especial conotação as propostas de ampliação e melhoramento da prática escolar inserida no sistema penitenciário.

Palavras-chave: Direito à Educação; escolas prisionais; práticas educacionais no contexto carcerário; educação prisional; alfabetização no cárcere;

14. Mestre: Sergio Foster Perdigão;

Data da Defesa: 10/04/2017;

Título da Dissertação: O Planejamento Administrativo e o Dever da Boa Administração;

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF);

Banca Examinadora: Helena Elias Pinto (Orientadora) (UFF), Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva (UFF), André Ricardo Cruz Fontes (UNIRIO).

Resumo: Vivem-se na sociedade contemporânea diversos paradigmas do direito administrativo, sendo destacados os da legitimidade, finalidade, eficiência e resultado. Para tanto, uma criação jurisprudencial e doutrinária que aparenta atender a esses preceitos caracteriza-se pelo direito da boa administração, surgido como o direito subjetivo do cidadão a uma adequada gestão da coisa pública, exigindo-se participação ativa e premeditada no processo de tomada de decisão de políticas. Esses paradigmas e parâmetros de atuação acabam por demandar um esforço para serem arquitetadas maneiras de se atender as variáveis acima elencadas. O presente trabalho busca avaliar o contexto do planejamento na Administração Pública, como forma de atender esse desiderato, assim como a avaliação desses contornos com o direito da boa administração.

Palavras-chave: Direito administrativo; paradigmas; Administração Pública; planejamento; planejamento administrativo; direito à boa administração.

15. Mestre: Thiago Raoni Marques Tieppo;

Data da Defesa: 18/04/2017;

Título da Dissertação: O Refúgio no Brasil à Luz da Filosofia da Libertação Latino-Americana;

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF);

Banca Examinadora: Clarissa Maria Beatriz Brandão de Carvalho Kowarski (Orientadora) (UFF), Giovanna Maria Frisso (UFF), Ana Paula Teixeira Delgado (UNESA), Michelle Cirne Ilges (UNILAB).

Resumo: O refúgio representa o exercício de um direito de acolhimento após a fuga daquele que, em seu país, não encontra condições mínimas de sobrevivência. O instituto nasceu na década de 20, mas sua universalização ocorreu com a criação do ACNUR, nos termos da

Convenção de 1951, posteriormente ampliada pelo Protocolo de 1967. Além disso, documentos específicos, como a Convenção da Organização de Unidade Africana para Refugiados de 1969, a Declaração de Cartagena de 1984 e a Lei brasileira no 9.474 de 1997, complementaram a proteção prevista na Convenção de 1951. Analisada à luz da *filosofia de la libertación*, a política de refúgio desenvolvida pelo Brasil revelou forte inclinação na direção do modelo eurocêntrico de tratamento dos refugiados. É irrecusável o reconhecimento da ingerência de elementos políticos sobre o instituto que atualmente ainda é alvo de grande resistência, nacional e internacionalmente. Através de construções interpretativas do ordenamento jurídico que regula as causas de migração forçada de estrangeiros, tem se evidenciado a sujeição do refúgio ao reducionismo de uma hermenêutica empregada em detrimento do intuito protetivo do instituto e que afasta a possibilidade de interpretações mais abrangentes, como a que o artigo 1o, Inciso III, Lei no 9.474/1997 contemplaria em favor dos refugiados haitianos. Neste cenário, apesar da elevada margem discricionária que se tem observado na avaliação dos pedidos de refúgio dirigidos ao CONARE, o Poder Judiciário, quando chamado a intervir, tem demonstrado que a judicialização do refúgio, além de incipiente, na maior parte das vezes não se dedica à discussão de questões afetas às motivações do instituto, tampouco aos casos não contemplados pela Convenção de 1951 e à interpretação conferida pelo CONARE ao inciso III do artigo 1o da Lei 9.474/1997. É preciso romper com a colonialidade institucional observada no país e que, através do CONARE, continua a fazer com que o governo brasileiro reproduza a leitura eurocêntrica conferida ao refúgio. O refugiado continua a ser visto como uma ameaça. Seu acolhimento nem sempre é percebido como o mero exercício de um direito. A superficialidade das apreciações judiciais em conflitos de interesse relacionados ao tema, bem como o descaso do governo brasileiro com relação às instituições que, assim como a Cáritas – RJ, dedicam-se à orientação e ao acolhimento inicial dos refugiados, comprovam isso. Além disso, o acolhimento humanitário do refugiado no Brasil também segue uma classificação discriminatória orientada por características etno-geográficas, revelando certo menosprezo pelos refugiados provenientes dos países com população predominantemente negra. O refúgio desafia o Estado brasileiro a assumir responsabilidades inerentes à premissa de que todos os povos possuem a mesma importância e precisam suscitar o mesmo nível de comprometimento para com o bem-estar do Outro, razão pela qual o país deve se esforçar para que haja respeito básico pelos seres humanos, principalmente aqueles que se encontrem sob maior vulnerabilidade.

Palavras-chave: Direito ao Refúgio; Judicialização; Filosofia da Libertação; Direitos Humanos.

16. Mestre: Leandro Mitidieri Figueiredo;

Data da Defesa: 10/04/2017;

Título da Dissertação: Combate à Corrupção Efetivo, Republicano e Democrático como Redutor da Desigualdade Social e Combate à Desigualdade Social como Redução da Corrupção;

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF);

Banca Examinadora: Gustavo Sampaio Telles Ferreira (Orientador) (UFF), Taiguara Libano Soares (UFF), Artur de Brito Gueiros Souza (UERJ), Rodrigo de Souza Costa (UFF).

Resumo: O presente trabalho analisa o fenômeno da corrupção e sua relação com a desigualdade. É problematizada a abordagem sociológica, que leva em conta principalmente a cultura e a lei, a abordagem econômica, que trata da relação de custo e benefício da prática de corrupção, e a abordagem psicológica, com experimentos de psicologia da desonestidade, mostrando que somos todos “maçãs podres”, dependendo da situação. Mas o estudo vai além, sustentando que falta algo para entender e enfrentar a corrupção peculiar de países como o Brasil, que seria a questão da desigualdade. Além de propor uma visão mais ampla do que é corrupção, considerando corrupção em sentido amplo também uma política pública ou ato normativo voltado ao interesse de poucos, promovedor de grave injustiça social, o trabalho se propõe a verificar a relação da corrupção com a desigualdade social. A tese é de que a corrupção pode conviver com crescimento econômico e sua relação com desenvolvimento humano às vezes pode não ser exata. Mas, invariavelmente, a corrupção é concentradora de renda. Como um vírus, a corrupção no setor público ataca por dentro, minando as defesas do Estado e neutralizando seu poder de gerar distribuição de riqueza e justiça social. A corrupção é causa da desigualdade social, mas, outrossim, a desigualdade social é causa da corrupção. Nestes termos, o enfrentamento à corrupção é uma política realizadora do objetivo fundamental constitucional de redução da desigualdade. Mas não é qualquer combate à corrupção que cumpre esse papel de redutor da desigualdade social, e sim o enfrentamento à corrupção efetivo, republicano e democrático.

Palavras-chave: Corrupção. Desigualdade social. República. Democracia. Estado Democrático de Direito.

17. Mestre: Caio Nogueira de Castro;

Data da Defesa: 20/04/2017;

Título da Dissertação: Os Imperativos Constitucionais e Seus Limites nas Manifestações Políticas de Rua;

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF);

Banca Examinadora: Clarissa Maria Beatriz Brandão de Carvalho Kowarski (Orientadora) (UFF), Antônio D'Elia Junior (UFF), Carlos Eduardo Adriano Japiassu (UNESA).

Resumo: Delimita-se a uma abordagem crítica nos discursos e nas narrativas jurídicas observadas no exercício da cidadania e na repressão do Estado, sob o discurso da garantia da ordem pública e da paz social, nas manifestações políticas de rua. Tem-se como perspectiva a análise do direito de manifestação, de reunião e seus desdobramentos na compreensão dos direitos fundamentais em contraste com a violência estatal repressiva na limitação e nos recortes discricionários desses direitos. Dessa forma, questiona-se o papel do Estado Democrático de Direito, em seus princípios constitucionais, na promoção e na garantia do direito de manifestação e de reunião, imperativos constitucionais elementares ao exercício e a efetividade da democracia e cidadania. A partir das manifestações políticas de Junho/2013 e do Ocupa Carnaval, observa-se como o Estado tem exercitado as dimensões de proteção e de restrição do direito de manifestação para manutenção da ordem pública. Com isso, verifica-se a importância da reconfiguração e transformação das instituições repressivas para a realidade democrática como instrumento de proteção e de efetivação dos direitos fundamentais

Palavras-chave: Direito de Manifestação; Direitos Humanos; Discricionariedade Policial; Justiça de Transição.

